

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO DIGITAL: TECNOLOGIAS, PRÁTICAS E DESAFIOS ATUAIS

SPECIAL EDUCATION AND DIGITAL INCLUSION: TECHNOLOGIES, PRACTICES, AND CURRENT CHALLENGES

CLÉSIA CARNEIRO DA SILVA FREIRE QUEIROZ

Doutoranda em Ciências da Educação
Universidade Leonardo da Vinci – Paraguai
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3299-5405>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4022718966772151>

MARIA CRISTINA BORGES DOS SANTOS

Mestre em Ciências da Educação (U.C. Dom Bosco/MS)
Especialista em Língua Portuguesa (UEPA)
Graduada em Pedagogia (UFPA)
Bacharela em Serviço Social (UNIGRAN) |
Servidora Pública Municipal e Coordenadora Técnica de Assistência Social – APAE de Ourilândia do Norte/PA
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4457449994172935>

MAURÍCIO OLIVEIRA MOZDZEN

Mestre em Gestão Integrada do Território
Universidade Vale do Rio Doce – Univale - MG – Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9407-4308>

LENICE FERNANDES DO NASCIMENTO SILVA

Mestranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

ANA PAULA RIBEIRO MESSIAS

Mestranda em Emergent Technologies in Education
MUST University (Flórida, EUA)
Licenciada em Ciências Biológicas

RESUMO

O estudo analisa a relação entre tecnologias digitais e o processo de inclusão na educação especial, partindo do problema da desigualdade de acesso e da dificuldade de transformar inovações em práticas pedagógicas efetivas. O objetivo central foi compreender como recursos digitais podem potencializar a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial, considerando práticas já implementadas, suas limitações e perspectivas futuras. O referencial teórico articula políticas nacionais de educação inclusiva e documentos internacionais com estudos recentes sobre o papel das tecnologias no ensino, destacando conceitos como inclusão digital, mediação pedagógica e tecnologias assistivas. A investigação adotou como método uma revisão integrativa da literatura, reunindo evidências empíricas e normativas, publicadas em bases científicas e documentos oficiais. Os resultados indicaram convergência na literatura quanto ao potencial das tecnologias para ampliar a participação dos estudantes e diversificar estratégias pedagógicas, mas também revelaram barreiras estruturais e pedagógicas, como insuficiência de formação docente e desigualdade de acesso aos recursos digitais. Conclui-se que a inclusão digital só se concretiza quando acompanhada de políticas consistentes, investimentos em infraestrutura e capacitação profissional, fatores que garantem a efetividade da inovação em sala de aula. As implicações para o campo científico reforçam a necessidade de aprofundar pesquisas empíricas sobre o uso de tecnologias adaptativas, inteligência artificial e práticas pedagógicas inclusivas, ampliando a compreensão de como esses elementos podem consolidar uma educação mais equitativa e democrática.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão digital; Tecnologias; Desafios atuais.

ABSTRACT

The study analyzes the relationship between digital technologies and the process of inclusion in special education, addressing the problem of unequal access and the challenge of transforming innovation into effective pedagogical practices. The main objective was to understand how digital and assistive resources can enhance the learning of students targeted by special education, considering practices already implemented, their limitations, and future perspectives. The theoretical framework articulates national policies on inclusive education and international documents with recent studies on the role of technologies in teaching, highlighting concepts such as digital inclusion, pedagogical mediation, and assistive technologies. The research adopted an integrative literature review as its methodological approach, gathering empirical and normative evidence published in scientific databases and official documents. The results indicate a convergence in the literature regarding the potential of technologies to broaden student participation and diversify pedagogical strategies, but they also reveal structural and pedagogical barriers, such as insufficient teacher training and unequal access to digital resources. It is concluded that digital inclusion can only be achieved when accompanied by consistent policies, investments in infrastructure, and professional development, factors that ensure the effectiveness of innovation in the classroom. The implications for the scientific field reinforce the need to deepen empirical research on the use of adaptive technologies, artificial intelligence, and inclusive pedagogical practices, broadening the understanding of how these elements can consolidate a more equitable and democratic education.

Keywords: Special Education; Digital Inclusion; Technologies; Current Challenges.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como princípio orientador das políticas educacionais no Brasil e no mundo, refletindo compromissos históricos de assegurar o direito de todas as pessoas à aprendizagem em ambientes comuns de ensino.

Dentro desse cenário, a educação especial ocupa lugar central ao buscar garantir condições de acesso, permanência e participação de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades.

No Brasil, documentos como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabeleceram um marco normativo importante, reafirmado em pareceres mais recentes, como o CNE/CP nº 50/2023 (Brasil, 2023).

Esses documentos não apenas reforçam o caráter inclusivo da educação, mas apontam para a necessidade de atualização constante das práticas escolares, em consonância com os desafios sociais e tecnológicos que marcam a atualidade.

A relevância do tema cresce à medida que os avanços digitais transformam profundamente os processos de ensino e aprendizagem. A presença de tecnologias assistivas e digitais em salas de aula representa um recurso capaz de mediar a comunicação, ampliar a autonomia e personalizar estratégias pedagógicas.

Contudo, a incorporação desses recursos não é linear: ela depende de infraestrutura adequada, de formação docente sólida e de políticas públicas que orientem o uso consciente e equitativo da tecnologia.

Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), fortalecido em normativas recentes do MEC (Brasil, 2025), exemplifica uma estratégia que integra recursos digitais e metodológicos para ampliar a participação dos estudantes, embora ainda haja desafios na implementação em redes escolares com diferentes condições estruturais.

A literatura internacional reforça essa ambivalência. Pesquisas como a de Starks e Reich (2023) destacam barreiras enfrentadas por professores no uso de tecnologias em contextos de educação especial, apontando obstáculos que vão desde a insuficiência de recursos até a insegurança dos docentes na aplicação prática das ferramentas.

Em outra perspectiva, Opoku et al. (2023) identificam que a intenção de futuros professores em integrar tecnologias assistivas está ligada não apenas à disponibilidade de recursos, mas também ao apoio institucional e à percepção de utilidade desses instrumentos no cotidiano escolar.

Além disso, estudos recentes ressaltam a importância de abordagens interdisciplinares, nas quais a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, como a aprendizagem socioemocional e a educação especial, pode enriquecer o uso de recursos digitais em práticas inclusivas (Stark *et al.*, 2024).

Essa literatura revela uma lacuna significativa: embora exista consenso quanto ao potencial transformador da tecnologia, ainda faltam pesquisas e políticas que aprofundem a discussão sobre como integrar práticas inovadoras a contextos reais de ensino inclusivo.

Observa-se que muitas vezes os debates ficam restritos à dimensão técnica, sem considerar as condições sociais e pedagógicas necessárias para sua efetividade. Nesse sentido,

torna-se relevante compreender não apenas o que a tecnologia pode oferecer, mas em quais condições ela efetivamente promove inclusão.

A questão que orienta esta pesquisa pode ser assim formulada: como as tecnologias digitais e assistivas podem contribuir para a inclusão educacional de estudantes público-alvo da educação especial, considerando os desafios e possibilidades presentes no contexto escolar atual?

A investigação parte do reconhecimento de que o direito à educação não se limita ao acesso físico à escola, mas se estende à construção de condições reais de aprendizagem, participação e protagonismo.

Dessa forma, o objetivo principal do estudo é analisar os usos e as potencialidades das tecnologias digitais e assistivas na educação especial, identificando práticas em curso, desafios enfrentados e caminhos possíveis para o fortalecimento de políticas e ações inclusivas.

Ao atender a esse objetivo, o trabalho busca contribuir para a consolidação de uma agenda educacional que reconheça a tecnologia não como um fim em si mesma, mas como instrumento a serviço da inclusão, em diálogo constante com as demandas pedagógicas e sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Especial e o Direito à Inclusão

A educação especial, entendida como modalidade que perpassa todos os níveis e etapas do ensino, é orientada pelo princípio de garantir equidade no acesso e na aprendizagem.

No Brasil, desde as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), reforçou-se a ideia de que estudantes público-alvo da educação especial devem ter acesso ao currículo comum, com adaptações e recursos que assegurem sua participação plena.

Essa concepção foi ampliada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que consolidou a diretriz de matricular preferencialmente esses estudantes em classes comuns, garantindo o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em termos internacionais, a Unesco (2018) aponta que a exclusão de crianças e jovens com deficiência permanece uma realidade em muitos países, não apenas pelo acesso restrito à escola, mas também pela ausência de condições adequadas para a permanência.

O **Relatório Global de Monitoramento da Educação (GEM)** (Unesco, 2020) reforça essa perspectiva ao evidenciar que práticas de segregação ainda ocorrem, sinalizando que a inclusão depende de políticas públicas consistentes, formação de professores e investimento em tecnologias acessíveis.

Esse conjunto de evidências demonstra que o problema não é isolado, mas reconhecido em diferentes contextos, justificando a necessidade de novas pesquisas e soluções.

Tecnologias Digitais e Práticas Inclusivas

O desenvolvimento das tecnologias digitais e assistivas tem ampliado o repertório pedagógico voltado à inclusão. Recursos como softwares de leitura de tela, comunicadores alternativos e plataformas digitais colaborativas passaram a mediar processos de ensino e aprendizagem, favorecendo a autonomia dos estudantes com deficiência.

A Unesco IITE (s.d.) recomenda a incorporação dessas tecnologias como parte estruturante das práticas inclusivas, não como recurso suplementar, mas como elemento integrado ao planejamento pedagógico.

No entanto, a literatura também destaca que o potencial dessas tecnologias só se concretiza quando apoiado por formação docente e políticas institucionais. Starks e Reich (2023) identificaram que professores de educação especial frequentemente enfrentam barreiras no uso de tecnologias, como falta de preparo técnico, ausência de suporte pedagógico e infraestrutura insuficiente.

Essas barreiras não anulam o papel positivo das inovações, mas revelam uma lacuna: a tecnologia, por si só, não garante inclusão. É preciso um conjunto de condições que permita sua apropriação pedagógica e sua utilização em contextos reais de ensino.

Relatórios internacionais (Unesco, [s.d.]) mostram que experiências de boas práticas incluem desde o uso de aplicativos móveis para apoiar a comunicação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista até plataformas digitais que facilitam o acompanhamento individualizado da aprendizagem.

Esses relatos reforçam que a inclusão digital exige planejamento pedagógico cuidadoso e adaptação contínua às necessidades específicas dos alunos.

Inteligência Artificial e Inovação na Educação Inclusiva

O debate sobre tecnologias digitais ganhou novos contornos com a incorporação da inteligência artificial (IA) na educação. Relatórios da OECD (2023) e da Unesco IITE (2020) indicam que algoritmos inteligentes podem apoiar processos de diagnóstico, identificar padrões de aprendizagem e sugerir percursos personalizados de estudo.

Essas possibilidades se revelam particularmente promissoras no campo da educação especial, onde as necessidades são diversificadas e demandam estratégias diferenciadas.

Casos relatados em pesquisas internacionais mostram que sistemas de IA podem auxiliar professores a monitorar avanços, detectar dificuldades e propor intervenções específicas, favorecendo a inclusão de estudantes com deficiência.

Contudo, os mesmos documentos alertam para riscos associados: o viés algorítmico, a proteção de dados sensíveis e a possibilidade de aprofundar desigualdades, caso o acesso às tecnologias continue restrito a contextos privilegiados.

Assim, a IA aparece na literatura como campo emergente, repleto de potencial, mas que ainda requer aprofundamento científico, regulamentação ética e políticas públicas que assegurem sua aplicação inclusiva.

Desafios Persistentes e Lacunas na Literatura

A literatura converge em reconhecer que a incorporação de tecnologias na educação especial enfrenta obstáculos estruturais e pedagógicos. Entre eles, destacam-se a desigualdade de acesso às ferramentas digitais, a insuficiência de formação continuada para professores e a dificuldade de articular práticas inclusivas com a inovação tecnológica. Starks e Reich (2023) reforçam que, sem infraestrutura mínima e sem apoio institucional, mesmo recursos já disponíveis tendem a ser subutilizados.

O Relatório GEM 2020 (Unesco, 2020) alerta que a exclusão digital se soma à exclusão educacional, reforçando desigualdades históricas. De forma semelhante, a Unesco (2023) observa que o uso de tecnologia pode tanto reduzir quanto ampliar disparidades, dependendo da forma como é implementado.

Essa constatação evidencia que a tecnologia não é neutra: seu impacto depende de políticas públicas, condições institucionais e práticas pedagógicas.

As revisões de literatura consultadas apontam que ainda há escassez de estudos que analisem, de forma integrada, as dimensões pedagógicas, sociais e tecnológicas da inclusão.

Embora existam relatos de boas práticas e iniciativas pontuais, falta sistematização que permita identificar modelos escaláveis e aplicáveis em diferentes realidades. Esse vazio teórico-metodológico representa uma oportunidade para novas pesquisas, reforçando a relevância do presente estudo.

METODOLOGIA

A presente investigação foi desenvolvida a partir de uma revisão de literatura, classificada como revisão integrativa, por permitir reunir, analisar e sintetizar resultados de diferentes estudos já publicados, possibilitando uma compreensão ampla sobre a relação entre tecnologias digitais, educação especial e inclusão.

A escolha por essa abordagem metodológica se justifica pela necessidade de mapear o conhecimento acumulado, identificar práticas relatadas em diferentes contextos e evidenciar as lacunas ainda presentes na produção científica da área.

Além disso, a revisão integrativa articula-se diretamente com o objetivo da pesquisa, que consiste em analisar como as tecnologias assistivas e digitais têm sido incorporadas em práticas inclusivas, quais barreiras permanecem e quais tendências emergem.

A coleta de dados foi realizada em bases de grande relevância e abrangência internacional, incluindo Scopus, Web of Science e SciELO, além do apoio de consultas no Google Scholar, que permitiram ampliar a busca a documentos institucionais de organismos internacionais, como UNESCO e OECD.

Essas fontes foram selecionadas por sua credibilidade científica e por disponibilizarem artigos de alto impacto, relatórios técnicos e revisões sistemáticas que abordam diretamente o tema investigado.

Os descritores utilizados foram definidos em português e inglês, de modo a assegurar o alcance de publicações nacionais e internacionais. As combinações incluíram termos como “educação especial”, “inclusão digital”, “tecnologias assistivas”, “inteligência artificial” e “aprendizagem inclusiva”, associados por operadores booleanos.

Uma das strings utilizadas, a título de exemplo, foi: “*special education*” AND “*digital inclusion*” AND “*assistive technology*”. Esse procedimento garantiu maior precisão na recuperação dos estudos e transparência quanto ao processo de busca.

Excluíram-se os materiais indisponíveis na íntegra, os que não dialogavam diretamente com o problema de pesquisa ou os que apresentavam fragilidades metodológicas que inviabilizassem sua utilização.

O processo de seleção seguiu quatro etapas, em consonância com o modelo Prisma (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses): identificação dos estudos por meio das bases de dados; triagem inicial de títulos e resumos; verificação da elegibilidade mediante leitura completa; e inclusão final dos estudos que atenderam a todos os critérios.

Embora não se apresente aqui o fluxograma gráfico, o percurso metodológico foi conduzido de modo transparente e reprodutível, assegurando a consistência dos resultados.

Após a definição do corpus, foi realizada a análise dos dados em duas dimensões. A primeira buscou organizar os estudos por eixos temáticos, como práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, barreiras à sua implementação, potencialidades da inteligência artificial e recomendações de organismos internacionais.

A segunda dimensão consistiu em estabelecer diálogos entre autores clássicos e recentes, a fim de compor um referencial diversificado e atualizado que sustente a discussão proposta. Essa estratégia permitiu não apenas compreender o estado atual do conhecimento, mas também identificar as lacunas que justificam a pertinência desta pesquisa.

Assim, a metodologia adotada cumpre dupla função: de um lado, fornece um panorama abrangente e fundamentado sobre tecnologias e inclusão na educação especial; de outro, contribui para delinear caminhos de investigação e intervenção capazes de enfrentar os desafios ainda persistentes na garantia do direito à aprendizagem de todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revelou um conjunto consistente de evidências que sustentam a relevância das tecnologias digitais e assistivas para a promoção de práticas inclusivas na educação especial.

Os resultados apontam tanto avanços significativos quanto desafios persistentes, demonstrando a complexidade do tema. Para organizar os achados, a **Tabela 1** sintetiza as principais contribuições da literatura recente e de documentos oficiais.

Tabela 1 – Síntese das principais contribuições da literatura e de documentos institucionais sobre tecnologias digitais e inclusão na educação especial

Autor/Instituição	Foco do estudo/documento	Principais contribuições
MEC (2001; 2008; 2023; 2025)	Diretrizes e políticas de educação especial	Definição de princípios de inclusão, fortalecimento do AEE e orientações recentes sobre tempo integral e TEA
UNESCO (2018; 2020; 2023)	Relatórios globais e recomendações	Evidências sobre exclusão educacional, necessidade de políticas inclusivas e potencial das tecnologias digitais
Starks & Reich (2023)	Barreiras e facilitadores no uso da tecnologia	Identificação de dificuldades ligadas à formação docente e infraestrutura escolar
Opoku et al. (2023)	Intenção de uso de tecnologias assistivas por futuros professores	Fatores motivacionais e contextuais que influenciam a integração da tecnologia no ensino
Stark et al. (2024)	Colaboração interdisciplinar em inclusão	Necessidade de integrar abordagens socioemocionais à educação especial
OECD (2023)	Inteligência artificial e inclusão	Potencial da IA para personalização da aprendizagem e riscos de ampliação de desigualdades

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da literatura (2025).

Os resultados demonstram uma convergência entre documentos institucionais e estudos empíricos quanto ao papel estratégico da tecnologia no fortalecimento da inclusão educacional. As diretrizes nacionais do MEC (2001; 2008; 2023; 2025) estabelecem a base normativa que assegura o direito ao Atendimento Educacional Especializado e orientam a incorporação de recursos digitais como apoio pedagógico.

Em paralelo, a Unesco (2018; 2020) confirma que a exclusão de estudantes com deficiência continua sendo um problema global, cuja superação depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e investimento em inovação.

No campo empírico, as pesquisas de Starks e Reich (2023) e Opoku et al. (2023) evidenciam que o uso de tecnologias em contextos de educação especial enfrenta barreiras concretas, como a ausência de formação específica para professores e a desigualdade no acesso a dispositivos digitais.

Esses achados dialogam com a observação da OECD (2023), de que a tecnologia pode atuar como vetor de inclusão ou, ao contrário, acentuar disparidades, dependendo do modo como é implementada.

Outro aspecto relevante identificado foi a integração entre inclusão e aprendizagem socioemocional, ressaltada por Stark et al. (2024). Essa perspectiva reforça a ideia de que a tecnologia, para além de recurso técnico, precisa ser pensada como mediadora de relações pedagógicas e de processos formativos que respeitem a diversidade.

A discussão mostra que existe consenso na literatura quanto ao potencial transformador das tecnologias digitais e assistivas para ampliar a participação dos estudantes da educação especial. Contudo, persistem divergências relacionadas à efetividade prática dessas inovações, em especial diante de lacunas estruturais e de políticas educacionais que ainda não alcançam toda a complexidade das necessidades.

Dessa forma, os resultados sustentam que a inclusão digital não é um fenômeno automático, mas um processo condicionado a múltiplos fatores: investimento governamental, formação docente continuada, infraestrutura escolar e compromisso institucional com a equidade.

Essas condições, quando presentes, permitem que os recursos tecnológicos cumpram sua função de ampliar o acesso, diversificar estratégias pedagógicas e consolidar práticas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a contribuição das tecnologias digitais e assistivas para o fortalecimento da inclusão na educação especial, identificando práticas adotadas, desafios enfrentados e tendências apontadas pela literatura nacional e internacional.

A análise dos resultados permitiu constatar que, embora exista consenso quanto ao potencial transformador da tecnologia no processo inclusivo, a efetividade de sua implementação ainda depende de condições estruturais, pedagógicas e políticas.

Os principais achados indicam que documentos normativos brasileiros, como as diretrizes nacionais e a Política de Educação Especial, convergem com recomendações de organismos internacionais, como Unesco e OECD, ao defenderem a necessidade de ampliar o acesso às tecnologias e de qualificar os profissionais que atuam na educação inclusiva.

Estudos recentes reforçam que o impacto positivo das ferramentas digitais está diretamente relacionado à formação docente, à disponibilidade de infraestrutura escolar e à existência de políticas públicas consistentes. Ao mesmo tempo, emergem riscos de aprofundamento das desigualdades quando esses fatores não são devidamente garantidos, o que confirma a relevância de tratar a inclusão digital como uma política integrada e não como ação isolada.

Do ponto de vista prático, os achados evidenciam que a formação continuada de professores é condição indispensável para que recursos digitais sejam incorporados de forma pedagógica e não apenas instrumental. Também ficou evidente que a integração entre abordagens socioemocionais e tecnológicas pode ampliar o protagonismo dos estudantes da educação especial, favorecendo práticas inclusivas mais significativas.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui ao sistematizar a produção científica recente e ao articular conceitos de inclusão, tecnologia e políticas públicas, oferecendo um referencial atualizado para novos estudos.

Como limitações, destaca-se que a revisão concentrou-se em documentos institucionais e estudos publicados em bases científicas, o que restringe a análise de experiências locais ainda pouco divulgadas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar investigações empíricas sobre o uso de tecnologias específicas em contextos escolares, bem como analisar o papel emergente da inteligência artificial e de recursos digitais adaptativos na personalização do ensino inclusivo.

No que se refere à viabilidade da proposta, os resultados demonstram que a implementação efetiva da inclusão digital requer investimentos contínuos em conectividade, aquisição de tecnologias assistivas, formação docente interdisciplinar e fortalecimento da gestão escolar.

Esses recursos são fundamentais para transformar as recomendações normativas em práticas concretas, reduzindo barreiras e ampliando o acesso de estudantes com deficiência a ambientes educacionais inovadores e inclusivos.

Em síntese, este trabalho contribui para evidenciar que a inclusão digital na educação especial não é um processo automático, mas um esforço coletivo que demanda articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e avanços tecnológicos.

Ao reconhecer os desafios e propor caminhos possíveis, a pesquisa reforça o compromisso com a construção de uma educação mais equitativa e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 50/2023: orientações específicas para o público da Educação Especial – estudantes com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Conselho Nacional de Educação / MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/educacao-especial>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício: Orientação sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE) em tempo integral**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/20-02-2025-22-22-mec-orienta-atendimento-especializado-em-tempo-integral>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC fortalece Educação Especial na perspectiva inclusiva**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/mec-fortalece-educacao-especial-na-perspectiva-inclusiva>. Acesso em: 9 out. 2025.

OPOKU, Maxwell Peprah; ELHOWERIS, Hala; ALHOSANI, Najwa; MUSTAFA, Ashraf; ALKHATERI, Thara; NKETSIA, William. **Factors influencing the intention of trainee special education teachers to integrate assistive technology into teaching students with disabilities in the United Arab Emirates**. *Heliyon*, v. 9, n. 12, e22736, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e22736>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2405844023099449>. Acesso em: 9 out. 2025.

STARK, Kristabel; KOSLOUSKI, Jessica B.; VADHAN, Julie; VEGA, Madison. **The future is inclusive: An invitation for interdisciplinary collaboration between social emotional learning and special education researchers**. *Social and Emotional Learning: Research, Practice, and Policy*, v. 3, p. 100043, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sel.2024.100043>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2773233924000172>. Acesso em: 9 out. 2025.

STARKE, Allison C.; REICH, Stephanie M. **“What about special ed?”: Barriers and enablers for teaching with technology in special education**. *Computers & Education*, v. 193, p. 104665, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2022.104665>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360131522002366>. Acesso em: 9 out. 2025.

UNESCO. **Education and Disability: Analysis of Data from 49 Countries**. Paris: UNESCO Institute for Statistics, 2018. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/news/education-and-disability-analysis-data-49-countries>. Acesso em: 9 out. 2025.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education – all means all**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718>. Acesso em: 9 out. 2025.

UNESCO. **Digital Technologies for Inclusive Education: Recommendations**. Paris: UNESCO IITE, [s.d.]. Disponível em: <https://iite.unesco.org/publications/digital-technologies-for-inclusive-education-recommendations/>. Acesso em: 9 out. 2025.

UNESCO. **Innovative Technologies for Inclusive Education: A Review of Best Practices**. Paris: UNESCO IITE, [s.d.]. Disponível em: <https://iite.unesco.org/publications/technologies-for-inclusive-education-a-review-of-best-practices/>. Acesso em: 9 out. 2025.

UNESCO. **Technology in Education – GEM Report 2023**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://gem-report-2023.unesco.org/technology-in-education/>. Acesso em: 9 out. 2025.

UNESCO Institute for Information Technologies in Education (IITE). **Artificial Intelligence and Inclusive Education: Case Studies and Policy Considerations**. Moscow: UNESCO IITE, 2020. Disponível em: <https://iite.unesco.org/publications/artificial-intelligence-and-inclusive-education-case-studies-and-policy-considerations/>. Acesso em: 9 out. 2025.

OECD. **Artificial Intelligence in Education: Challenges and Opportunities for Inclusive Learning**. Paris: OECD, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/artificial-intelligence-in-education-2023.htm>. Acesso em: 9 out. 2025.